

1 **ATA REUNIÃO DO COMITE DA BACIA HIDROGRAFICA DOS AFLUENTES**
2 **MINEIROS DOS RIOS POMBA E MURIAÉ – COMPÉ 10/12/2008.**

3
4
5 Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e oito reuniram-se, às 13:00 horas, na sede da
6 Faculdades Integradas de Cataguases - FIC, à Rua Romualdo Menezes, nº 701, Bairro -
7 Menezes/Cataguases/MG, os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos
8 Rios Pomba e Muriaé. A reunião foi aberta às 13:30h pela Sra. Maria Aparecida Borges Pimentel
9 Vargas, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e
10 Muriaé, com a presença de 14 (quatorze) membros do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes
11 Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé, entre Titulares e Suplentes (conforme relação de presença no
12 final desta Ata) e 18 (dezoito) convidados, conforme relação também apresentada ao final da mesma.
13 Aberta a reunião, a presidente cumprimentou a todos e falou da importância de estar realizando esta
14 reunião, que além de informar sobre as atividades do Comitê, vem discutir através da Fundação
15 Estadual do Meio Ambiente – FEAM, a situação das Barragens da Florestal Cataguases Ltda. Em
16 seguida, a Sra. Maria Aparecida fez apresentação dos representantes da FEAM, presentes na reunião,
17 e passou a palavra ao Sr. José Cláudio Junqueira, presidente desta instituição, para que ele
18 procedesse sua apresentação sobre alternativa emergencial para as Barragens da Florestal Cataguases
19 Ltda. O Sr. José Cláudio deu início à sua apresentação explicando que as empresas são responsáveis
20 pelas estruturas de suas barragens, devendo, portanto auditar suas barragens através de auditores
21 independentes, e que por sua vez a Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM faz
22 acompanhamento dessas auditorias para subsidiar o Conselho Estadual de Política Ambiental -
23 COPAM, os representantes do Governo e o próprio Governo da situação dessas barragens,
24 esclareceu que no caso das Barragens da Florestal Cataguases Ltda vem sendo feito um
25 acompanhamento da situação principalmente após o rompimento de uma das Barragens ocorrido em
26 29 de março de 2003. O Sr. José Cláudio relatou que com o rompimento da Barragem a alternativa
27 escolhida para resolver o passivo ambiental, foi a fertirrigação, explicou ainda que esse passivo, no
28 caso os resíduos são provenientes de uma atividade já extinta, gerado na década 1980 quando o
29 Grupo Matarazo era responsável pela fábrica de celulose, o licor negro que atualmente toda indústria
30 de celulose utiliza para o reaproveitamento energético à época era lançado no Córrego Meia Pataca,
31 por esse motivo a Indústria foi fechada em 1988 e reaberta posteriormente pela Justiça. A alternativa
32 apontada como paliativo para os lançamentos diretos foi bombear os resíduos de celulose para duas
33 barragens que foram construídas na Fazenda da empresa na ocasião, que constitui o passivo
34 ambiental existente hoje. Para eliminar esses resíduos foi utilizada a fertirrigação, processo realizado
35 durante os últimos anos, mas, entretanto essa alternativa não atingiu o esperado, pois o nível de

36 resíduos nas Barragens não decresceu devido a contribuições como principalmente insurgências do
37 lençol na Barragem e a precipitação de água da chuva sobre a Barragem. O Sr. José Cláudio relatou
38 ainda que no último ano houve mais contribuição do que eliminação dos resíduos, ainda que essas
39 contribuições proporcionem a existência de um passivo com menor potencial poluidor. Neste caso o
40 acompanhamento aponta não somente para este ano, mas para os próximos dois anos, pois as
41 barragens não têm condições de suportar o volume existente por um período além deste verão. Em
42 seguida, o Sr. José Cláudio ressaltou que o objetivo dessa reunião é compartilhar as análises feitas,
43 buscando soluções legais, para juntos encaminhar ao Conselho Estadual de Política Ambiental, ao
44 Comitê da Bacia e à Agência Nacional das Águas – ANA. Seguidamente a estes esclarecimentos, o
45 Sr. José Cláudio fez um detalhamento das análises realizadas, fazendo um esboço comparativo da
46 situação das Barragens em 2003 quando ocorreu o rompimento e da situação das mesmas
47 atualmente. O Sr. José Cláudio informou ainda sobre os vários estudos realizados pela Universidade
48 Federal de Viçosa, que apresentou como uma das alternativas, a realização do tratamento físico-
49 químico biológico nas instalações da empresa, transferindo esses resíduos para estas instalações.
50 Esta alternativa esvaziaria definitivamente esses reservatórios, contudo além de apresentar custos
51 elevados, o volume de lodo gerado seria igual ao da lixívia existente, ocasionando desta forma outro
52 problema com a geração de efluente final a ser lançado em corpo d'água, além disso, seria
53 necessário um emissário de 11 quilômetros para transportar a lixívia das Barragens até a Estação de
54 Tratamento, este emissário afetaria também a zona urbana do município de Cataguases causando
55 além de grandes transtornos diversas desapropriações. Portanto, essa alternativa foi reprovada pela
56 Prefeitura Municipal de Cataguases em 2004. Outra alternativa apresentada foi a biorremediação, e
57 posteriormente fazer a fertirrigação, esse processo seria realizado no próprio local, com baixos
58 custos podendo fazer destinação final dos efluentes no solo da própria fazenda, entretanto além de
59 não se ter conhecimento dos impactos que causaria no solo, seria necessário dispor de uma área mais
60 extensa. Quanto a fertirrigação, as análises concluíram que a quantidade de resíduos aumenta a cada
61 dia, ainda que com teor poluidor mais baixo, desta forma não se conseguirá esvaziar os reservatórios
62 e há o risco de extravasão com contaminação do corpo d'água. A Florestal Cataguases Ltda
63 contratou também estudos da Universidade Federal de Viçosa, buscando solucionar a situação atual
64 das barragens, sobre as propostas apresentadas o Sr. José Cláudio esclareceu que a tratabilidade em
65 lagoa de estabilização aerada, soluciona a questão da quantidade total de matéria orgânica
66 biodegradável (DBO), enquanto que a tratabilidade com lodos ativados é inviável pelo volume de
67 lodo gerado. Quanto ao estudo na capacidade de depuração do Rio Pombo, os estudos mostram que o
68 Rio receberia a lixívia in natura por uma extensão considerável de aproximadamente 36 km
69 causando novos impactos nessa área. Concluindo, o Sr. José Cláudio apresentou a avaliação da
70 Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, em relação à proposta da Empresa de se fazer o

71 lançamento in natura e continuar com a extração da lixívia para a fertirrigação, considerando para
72 essa proposta, a baixa tratabilidade da lixívia nas duas alternativas testadas e nos resultados da
73 avaliação da capacidade de autodepuração. A avaliação da FEAM recomenda que seja feito a
74 diluição e o pré-tratamento da lixívia a ser lançada, conseguindo-se desta forma reduzir a quantidade
75 total de matéria orgânica biodegradável (DBO) dentro dos padrões de lançamento, e buscando
76 corrigir o pH, ainda que não se possa remover a DQO e atenuar a mancha escura causada, o Sr. José
77 Cláudio mostrou inclusive, os pontos onde poderia ser realizado o pré-tratamento, para
78 posteriormente realizar o lançamento devidamente monitorado no Rio Pomba próximo à confluência
79 com o Ribeirão Cágado, e ressaltou que a proposta da FEAM é não aceitar o que foi proposto pela
80 Empresa de se fazer o lançamento in natura, primeiramente por não cumprir o parâmetro da DBO,
81 que é fundamental e pelo fato de que a Empresa deve contribuir com a redução da carga poluidora,
82 pois mesmo com o pré-tratamento a mancha continuará visível, não sendo possível cumprir
83 integralmente a legislação, e que a Fundação Estadual do Meio Ambiente está autorizando a
84 diluição, apenas por tratar-se de uma situação excepcional, neste caso será autorizado por prazos
85 determinados, pois se trata de alternativas excepcionais para evitar uma extravasão sem controle.
86 Concluindo, o Sr. José Cláudio afirmou que é sugestão do Secretário Estadual de Meio Ambiente,
87 Sr. José Carlos Carvalho, que se construa a partir dessas análises uma solução de Minas Gerais para
88 os problemas existentes, para posteriormente estar discutindo com a Agência Nacional das Águas –
89 ANA as soluções apresentadas. Encerrando sua apresentação o Sr. José Cláudio deixou a palavra
90 livre colocando-se à disposição para outros esclarecimentos. Assim sendo, o Sr. Serafim Couto
91 Spíndola, representante do Grupo IBERPAR Empreendimentos e Participações, responsável pela
92 Indústria Cataguases de Papel e pela Florestal Cataguases Ltda fez uma síntese dos fatos ocorridos,
93 relatando que a IBERPAR, hoje constituída pelo Parque Industrial e pela Florestal Cataguases Ltda
94 adquiriu um passivo ambiental deixado pelo Grupo Matarazo de Papéis que produzia celulose,
95 explicou que com a falência do Grupo Matarazo de Papéis diversos funcionários adquiriram as
96 propriedades da Fazenda Bom Destino da Matarazo através de ações trabalhistas e que nessa mesma
97 época o Grupo IBERPAR adquiriu o Parque Industrial criando a Florestal Cataguases Ltda cuja
98 atividade é a produção de papel reciclado. Posteriormente o Grupo adquiriu dos funcionários a
99 Fazenda e desta forma adquiriu o passivo ambiental lá existente. Em relação ao rompimento da
100 Barragem ocorrido em 2003, o Sr. Serafim relatou que após o acidente a empresa sofreu intervenção
101 federal, as barragens foram refeitas reforçando-se a estrutura das represas, e que a empresa não
102 mediu esforços cumprindo todos os termos de compromisso que foram determinados pelos órgãos
103 ambientais responsáveis. Atualmente, a empresa vem tentando encontrar juntamente com a
104 Universidade Federal de Viçosa uma solução que seja ecologicamente correta e economicamente
105 viável. Em seguida o Sr. Serafim ressaltou que há ainda, por parte da Florestal Cataguases Ltda a

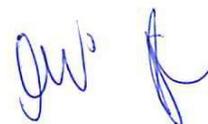


106 preocupação em relação ao aumento do nível de água das represas que não baixou, concluindo que a
107 fertirrigação é insuficiente. Desta forma a empresa está buscando novas alternativas, e em discussão
108 com o Professor Cláudio Mudado Silva, da Universidade Federal de Viçosa, verificou-se que a
109 Estação de Tratamento em muito pouco mudaria as condições dos resíduos, portanto a Empresa está
110 apresentando um projeto que tenha condições de realizar sendo que a alternativa proposta de se fazer
111 o lançamento in natura é considerada a mais viável. O Sr. Serafim encerrou sua participação
112 solicitando que seja atentamente analisada a explanação a ser feita pelo Sr. José de Alencar Pinto
113 Farage sobre esta alternativa. Em seguida, a Sra. Maria Aparecida deu prosseguimento à reunião
114 reafirmando que o objetivo é encontrar uma solução, e que o Comitê não tem intenção, nem
115 autonomia para se colocar contrário à proposta da FEAM, esclareceu ainda que o Comitê se
116 manifesta apenas em relação à questão de haver ou não água suficiente para diluir os efluentes sem
117 causar impacto na qualidade. A Sra. Maria Aparecida afirmou que o Comitê está buscando construir
118 um Pacto que possa encontrar a melhor forma de solucionar o problema no menor tempo e com o
119 menor impacto ambiental possível, e sugeriu ainda que este Pacto deva contar com a participação
120 dos representantes dos municípios da Bacia do Rio Pomba e também dos usuários moradores que
121 estão ao longo da área atingida. Afirmou que a melhor maneira de evitar futuras divergências é todos
122 assumirem juntamente um compromisso, devendo inclusive haver preparação da comunidade e dos
123 usuários para estarem pactuando com a situação. Também é necessário que se construa uma
124 justificativa no menor tempo possível, com parecer de todos e que obedeça às proposições da
125 FEAM, que é o órgão técnico responsável, isto viabilizaria as negociações, pois como foi
126 acrescentado pelo Sr. José Cláudio, a FEAM é apenas o órgão técnico, as decisões são de
127 competência do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM. Logo após, a Sra. Maria
128 Aparecida passou a palavra ao Sr. José de Alencar Pinto Farage, representante da Florestal
129 Cataguases Ltda, que afirmou não haver razão para o não lançamento in natura, uma vez que o nível
130 das Barragens cresce rapidamente, e o tratamento não beneficiará de forma tão significativa as
131 substâncias a serem lançadas no Rio Pomba, o Sr. José Cláudio, representante da FEAM,
132 reafirmando que o pré-tratamento das substâncias a serem lançadas faz diferença, pois além de ter
133 aspecto legal, a sua realização melhora a condição da lixívia possibilitando cumprir o parâmetro da
134 DBO. Em complementação, a Sra. Rosângela Gurgel, representante da FEAM, lembrou ainda que
135 foram concedidas exceções à Florestal Cataguases Ltda, pela Fundação Estadual do Meio Ambiente-
136 FEAM, no sentido de diluir para tratar. Em seguida foi acrescentado pelo Sr. Edson Fujita, Diretor
137 da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP, que
138 o Pacto busca chegar a melhor situação, mas não poderá aceitar que seja feito lançamento de lixívia
139 in natura, o que é totalmente ilegal perante a lei, e lembrou enfaticamente que as exceções abertas
140 pela FEAM se devem à situação de emergência das Barragens, e que com o lançamento in natura a



141 lignina, substância presente no resíduo a ser lançado causaria novos danos ambientais, pois apresenta
142 um grau de acidez bastante elevado. Em seguida o Sr. José de Alencar passou a palavra ao Sr.
143 Cláudio Mudado, da Universidade Federal de Viçosa, que fez alguns esclarecimentos em relação aos
144 tratamentos biológicos testados, informando que para tratar esse efluente é necessária a sua diluição,
145 e que durante a vazão poderá ocorrer surgimento de espuma, o que vai depender do volume do Rio e
146 da época em que se fizer a diluição. Quanto ao tratamento biológico deste efluente, o Sr. Cláudio
147 alegou não ser muito eficiente, porque remove apenas a DBO, não obtendo respostas positivas para o
148 nível de pH e de DQO, assim sendo, tecnicamente não vê problemas em se fazer o lançamento in
149 natura desde que este seja realizado com monitoramento, desta forma não provocaria grandes
150 impactos ambientais. Esclareceu ainda que não há presença de metal pesado no efluente a ser
151 lançado no Rio Pomba. Em seguida o Sr. Túlio Bahia Alves, representante do Instituto Mineiro de
152 Gestão das Águas – IGAM sugeriu que também seja levada em consideração a questão harmonia
153 paisagística, entretanto a Sra. Maria Aparecida considerou que por se tratar de uma situação
154 excepcional, deve-se ater a componentes mais impactantes, concentrando-se no mais importante, e
155 sugeriu aos membros do Comitê que ao concluir esta reunião tenha-se constituído um Grupo de
156 Trabalho que seja formado por representantes deste Comitê, da FEAM, da Florestal Cataguases
157 Ltda, da AGEVAP, e do IGAM, para construir uma Nota Técnica conjunta, e que em paralelo deve-
158 se buscar envolver representantes dos municípios e usuários da Bacia, objetivando principalmente
159 documentar um parecer favorável dos usuários residentes na área a ser afetada pelo lançamento dos
160 resíduos, uma faixa de aproximadamente 36 quilômetros. O Sr. José Cláudio representante da
161 FEAM, acrescentou a necessidade de primeiramente estar discutindo as alternativas com a Florestal
162 Cataguases Ltda e com o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e
163 Muriaé - COMPÉ, para posteriormente apresentar o parecer da Fundação Estadual do Meio
164 Ambiente e do Comitê Pomba e Muriaé ao COPAM, que é o órgão responsável pelas decisões. Foi
165 sugerido ainda pelo Sr. José Cláudio a necessidade de inclusão de representantes da Agência
166 Nacional das Águas - ANA no Grupo de Trabalho a ser criado, e o mesmo solicitou que a Sra. Maria
167 Aparecida Vargas, presidente do COMPÉ seja coordenadora deste Grupo de Trabalho. Concluindo,
168 a Sra. Maria Aparecida solicitou a manifestação dos membros para que se definisse a composição do
169 mesmo, e com aprovação unânime ficou definido que o Grupo de Trabalho será constituído por dois
170 representantes de cada uma das seguintes instituições: Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes
171 Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé – COMPÉ, tendo como representante a Sra. Maria Aparecida
172 Borges Pimentel Vargas e a Sra. Georgina Maria de Faria Mucci; Florestal Cataguases Ltda, sendo
173 representada pelos Srs. Wagner Henriques da Silva e José de Alencar Pinto Farage; Fundação
174 Estadual do Meio Ambiente – FEAM, representada pela Sra. Rosângela Moreira Gurgel Machado e
175 Sr. Benerval Alves Laranjeira Filho; em relação aos representantes do Instituto Mineiro de Gestão

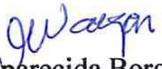
176 das Águas – IGAM e da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do
177 Sul – AGEVAP, essas instituições farão suas indicações posteriormente e quanto aos representantes
178 da Agência Nacional das Águas – ANA, a mesma será informada sobre a criação deste Grupo, para
179 que possa fazer suas indicações. Dando prosseguimento à ordem do dia, a Sra. Maria Aparecida
180 colocou a ata da última reunião para apreciação de todos, ressaltando o desempenho das secretárias
181 do COMPÉ e do Consórcio do Pomba na elaboração das atas das reuniões, não havendo nada a
182 acrescentar a ata foi aprovada com anuência de todos os presentes. Em seguida a Sra. Maria
183 Aparecida comentou o andamento dos Projetos de Levantamento, Ratificação e Cadastramento de
184 Outorgas; Instalação, Estruturação e Operacionalização de Escritórios e Ampliação do Cadastro de
185 Usuários desenvolvidos paralelamente na Bacia através do COMPÉ, em parceria com o Consórcio
186 da Bacia do Rio Pomba e com a Fundação Comunitária Educacional de Cataguases - FUNCEC,
187 informando que a fase inicial da metodologia já foi aprovada, no momento está sendo concluída a
188 prestação de contas referente aos recursos da primeira parcela repassada, e que mediante
189 recebimento de novos recursos o Comitê dará andamento à divulgação necessária para implantação
190 da cobrança, ressaltou inclusive que o IGAM não está medindo esforços para que a cobrança seja
191 instituída primeiramente pelo Comitê do Rio das Velhas, mas que o Dr. Paulo Teodoro, presidente
192 do CEIVAP continua acreditando que o COMPÉ tem condições favoráveis para ser a primeira Bacia
193 a instituir a cobrança pelo uso da água. Em seguida a Sra. Georgina Maria de Faria Mucci,
194 representante da FUNCEC e 1ª Secretária do Comitê comentou sobre a Consulta Pública do Plano
195 Estadual de Recursos Hídricos – PERH, realizada no dia 27 de novembro em Ubá, observando que
196 deveria ter havido uma melhor divulgação do evento, que é de grande importância para as atividades
197 a serem desenvolvidas. Na oportunidade a Sra. Maria Aparecida solicitou à secretária do Comitê que
198 envie ofício ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH, apresentando o Plano de Bacia do
199 Rio Paraíba do Sul e o Caderno Regional do Comitê Pomba e Muriaé e do Comitê Preto e Paraibuna,
200 pedindo que seja encaminhado à Câmara Técnica para análise e parecer. A Sra. Georgina
201 acrescentou que se deve fazer a atualização do Plano de Bacia de acordo com as necessidades da
202 Bacia, e que o trabalho a ser realizado pelos cadastradores ajudará bastante a traçar o perfil da Bacia
203 Hidrográfica. Em seguida, a Sra. Maria Aparecida solicitou a todos os presentes que referendassem o
204 edital de eleição existente, para que o mesmo seja lançado em Janeiro de 2009, cumprindo-se o
205 prazo necessário, tendo assim condições de estar realizando a eleição em fevereiro de 2009, no que
206 todos concordaram. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião agradecendo a
207 presença de todos os membros do Plenário, dos demais convidados, e declarou encerrada a reunião,
208 tendo a presente ata sido lavrada por mim Theyla Suelayne D’Arc de Oliveira e assinada pela
209 Presidente e pela 1ª Secretária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios
210 Pomba e Muriaé.



211 Cataguases, 10 de dezembro de 2008.

212

213

214 
Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas

215 Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé -
216 COMPÉ.

217

218

219 
Georgina Maria de Faria Mucci.

220 1ª Secretária do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé -
221 COMPÉ.

222

223 LISTA DE PRESENÇA

224 Membros do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé:

225 Túlio Bahia Alves – IGAM, Francisco Alvim de Sousa – EMATER, Sebastião Vieira de Jesus –
226 IEF, José Cláudio Junqueira – FEAM, Carlos Romanhol Tavares – Prefeitura M. de Itamarati de
227 Minas, Cláudio Luis Dias Amaral – Prefeitura M. de Guarani, Rogério Joaquim Leandro – Prefeitura
228 de Aracitaba, Maria Aparecida Borges P. Vargas – Energisa Soluções S/A, Ricardo Félix –
229 Representando o DEMSUR, Wagner Henriques da Silva – Indústria Cataguases de Papel, Viviane
230 Aparecida Marinho – Consórcio da Bacia do Rio Pomba, Georgina Maria de Faria Mucci –
231 FUNCEC, Tatiana Menezes Teixeira – BIOCEP, Miguel Ângelo Espírito – CIRAB.

232

233 Convidados:

234 Edson Guaracy Lima Fujita – AGEVAP, Flávio A. Simões – AGEVAP, Hairton Feitosa – Indústria
235 Cataguases de Papel, José de Alencar Farage – Indústria Cataguases de Papel, Maria Eugênia F.
236 Carneiro – IGAM, Rosangela Moreira Gurgel – FEAM, Serafim Couto Spíndola - Indústria
237 Cataguases de Papel, Emmanuel de Melo Nascimento – FIC, Rita de Cássia A. da Costa – COMPÉ,
238 Farley Oliveira Faria – Prefeitura M. de Santana de Cataguases, Ilário A. Lacerda – (prefeito eleito)
239 Município de Oliveira Fortes, Geraldo Otoni do Amaral – Município de Oliveira Fortes, Ismarley
240 Lage H. Morais – Universidade Federal de Viçosa, Wiliam Gomes Nunes – Universidade Federal de
241 Viçosa, Cláudio Mudado Silva – Universidade Federal de Viçosa, Renildes L. F. Fontes –
242 Universidade Federal de Viçosa, Theyla Suelayne D’Arc de Oliveira – COMPÉ, Marina Rufino de
243 S. Barbosa – Vert Ambiental.